quadros-vivos de tempo, de Fernando Pessoa, ou nas cenas fulgor de Maria Gabriela Llansol, é apelo do não-representado, do «aqui e agora» que é impossível dizer-se mas interfere na representação pondo-a em perda. As metamorfoses, a vertigem de figuras que a escrita desencadeia, vêm justamente desse tempo que desenquadra a figuração, que a vai dissolvendo, remetendo ao informe, de onde renasce pelo impulso criador e historicizante, isto é, pela afirmação simultânea de um sujeito e de um mundo. A desmultiplicação originada no não representável opõe-se à representação pelo facto de não estar associada e dependente de uma percepção da realidade que possui normas fixas, entre as quais a diacronia e a obediência a princípios mínimos de racionalidade, como o de não-contradição e o de identidade. Por isso a «ficção», entendida fundamentalmente como dispositivo de escrita que permite a desmultiplicação e consequente simultaneidade de mundos, conduz ao **désoeuvrement,** implica o «destituir-se da literatura». Não porque negue em absoluto a representação, mas porque, atravessando-a de morte, lhe vai impedindo a consequente totalização. Nesse sentido, ficções são ruínas, manifestação da presença que não pertence ao passado nem ao presente, não faz sistema («a beleza das ruínas? O não servirem já para nada» — f. 500 do L.D.), pois corresponde a um tempo inexpresso que sobra da história e da afirmação de um sujeito unificante. Tempo do disperso ou da improvável experiência: infância: o desassossego inerente à não-naturalidade da existência na linguagem. Como diz Agamben, «infância e linguagem parecem remeter uma para a outra num círculo em que a infância é a origem da linguagem e a linguagem a origem da infância».

3. Infâncias

Enquanto prematuridade que no homem supõe a saudade-presença do anterior inefável, a infância é exigência de um dizer justamente desregrado em relação à representação como síntese que constitui a garantia de qualquer jogo de linguagem, a da continuidade de um sujeito que se vai formando sobre o esquecimento do resto (correndo o risco, pela naturalização da sua pertença à linguagem, de se encerrar num circuito de eterna repetição do mesmo). Enquanto exigência e hipótese de alteração, a hipótese de manter o circuito que põe em comunicação realidades heterogéneas, a escrita resiste à representação, parte dela para a infância, para o nascer dos sentimentos. É esta, parece-me, a questão do encontro tal como ela se coloca em Pessoa. Uma questão da humanidade do homem.

A invenção dos destinatários

Na diversidade de poéticas, ou reflexões sobre literatura, que se podem ler nos textos de Pessoa, há uma linha que, para mim, se destaca com maior evidência. Refiro-me àquela em que Pessoa se aproxima nitidamente do pensamento de Kant sobre o juízo estético. As noções de desinteresse, finalidade sem fim, universalidade e necessidade, estão implícitas em grande parte dos textos de Pessoa sobre literatura. A questão da universalidade ou generalidade é decisiva em relação a todas as outras, como se pode ver, por ex., na carta de 1930 a Adolfo Rocha. Ela é a questão do destinatário, aparentemente a da necessidade de transmitir a outrem o que se sente e, portanto, «decompor a sensação, rejeitando nela o que é puramente pessoal, aproveitando nela o que, sem deixar de ser individual, é todavia susceptível de generalidade, portanto, compreensível, não direi já pela inteligência, mas ao menos pela sensibilidade dos outros». No **Livro do Desassossego,** a problemática do comum parece deslocar-se do que seriam processos de análise e abstracção das sensações para a construção de ficções que são tomadas como sonho, mentira ou fingimento («fingir é conhecer-se», «fingir é amar»). Para Bernardo Soares, aquilo que é próprio não é transmissível, se não for tornado literário (f. 517); o comum inventa-se na invenção de destinatários. No f. 504, Bernardo Soares ao falar sobre «a necessidade de converter os seus sentimentos num sentimento humano típico», dá um ex.: «Procuro qual será a emoção vulgar que tenha o tom, o tipo, a forma desta emoção em que estou agora pelas razões inumanas e particulares de ser (um) guarda-livros cansado ou um lisboeta aborrecido. E verifico que o tipo de emoção vulgar que produz, na alma vulgar, esta mesma emoção é a saudade da infância perdida». A infância, já sabemos, é sempre a infância que se não teve, há sempre que inventá-la. É nessa condição que ela aparece como uma das hipóteses do comum, pois a invenção não tem a ver com uma realidade a representar mas com uma emoção a fazer passar.

Seria interessante introduzir aqui o comentário de Lyotard (cf. Revista **Análise,** n.º 6) à noção de **sensus communis,** em Kant. Diga-se apenas que aí se afasta qualquer possibilidade de considerar esse **sensus communis** como sentido ou sentimento partilhável, para o ressaltar como hipótese de uma comunicabilidade pré-subjectiva. Ora, se o que move a escrita é o encontro, a destinação, poderíamos talvez dizer que à Ideia de comunicabilidade se sobrepõe a do destinatário, o homem. Ideia que, como tal, não possui qualquer fundamento mas que enquanto u-topia, destino, implica precisamente a multiplicação das apresentações, criação de figuras que, longe da pretensão de adequação a uma Ideia de Comunidade, partem da impossibilidade de adequação e respondem pelo impresentável que as anima, pelo informe de onde (para onde) deslizam.

O humano é sempre o humano sem fim, sem definição, aquele que será sempre no futuro. Dele testemunha a prematuridade do homem, aquela que o desclassifica, desapropria, desassossega, que lhe esboça a precária figura do pobre ou sobrevivente, figura que cria a necessidade de apagamento de estereótipos e de esvaziamento de identidades «ser-vis»: «Porque ele é o único que nos permite passar além do Príncipe. Já tudo o abandonou. Ele é pois o primeiro em que (e não em quem) a faculdade de criação do dentro se poderá exercer plenamente, já que no fora, no espaço social considerado como única realidade, ele é ninguém, uma coisa de nada. Desmunir-se é a regra do abrir.» (**A Restante Vida,** p. 101) Creio que, por aí, os textos de Fernando Pessoa e os de Maria Gabriela Llansol se encontram. ■

Subtítulos da responsabilidade da Redacção

O que representa Fernando Pessoa para os estudantes do Ensino Secundário? Uma professora da Escola Padre António Vieira, de Lisboa, conta a sua experiência

Poeta, magro, bigode, óculos, cara chupada...

Maria José Ferraz

Fernando Pessoa é um dos símbolos a que o Povo Português se agarra para sentir que é grande. Só que Pessoa foi realmente grande.

Um aluno do PAV

— Diga, menino, que sabe de Fernando Pessoa?

E a pergunta bate nas paredes da sala de aula. Assim feita ou de outro modo, que o sentido é sempre o mesmo. Diferentes, múltiplos, são as respostas dos que a ouvem, tantas e tão variadas quantas as formas como o nome do poeta, o poeta, entrou — ou ainda não — nos saberes adquiridos.

Pessoa? Um nome que **nada diz** ou **que diz inovação, beleza, entrevistas e programas chatos na TV.** Um rosto, **uma Fisionomia Bastante Cómica.** Um escritor situado num tempo. **Um poeta. Um grande poeta. Uma das maiores figuras literárias do País.** Ou... **um escritor que eu evito visto eu não gostar de nada do que é escrito em Português...**

Pessoa: nome de pessoa visto por fora sem nada dentro. Os depoimentos dos que das coisas, de certas coisas, têm um conhecimento que não é de leituras feito. Dos que apenas ouviram falar de. Pela rama.

Crime de lesa-cultura? De quem? daqueles que seleccionam o que deve ou não deve ser aprendido? Daqueles que educam — ou querem educar — o gosto dos outros medido pela bitola do gosto próprio? Isso ou os textos quando escritos não são para todos? Ou são para todos quando.

E quando são, esses textos, os de Pessoa, trazidos ao convívio dos que convivem nas salas de aula, então Pessoa **é poeta, magro, bigode, óculos, cara chupada... pessoa em Pessoa. É poeta-jogador de palavras. A magia das palavras a brotar. Um actor ímpar na literatura modernista portuguesa. É actor só, com diversas personagens para o mesmo papel — a procura do absoluto.** Ou o **nome que provoca o desejo de ler Fernando Pessoa, de sentir Alberto Caeiro, de entender Álvaro de Campos. É um génio, uma personalidade dividida. São os heterónimos e os heterónimos somos nós: Álvaro de Campos quando o progresso nos maravilha ou Caeiro quando é a natureza que seduz, ou Ricardo Reis quando se tenta viver epicuristicamente. Um poeta múltiplo, incompreendido, inadaptado.**

Há quem **sinta tristeza, melancolia, quando escreve o nome. Se sinta tentada a saber mais quando lê poemas, indignada quando escolheu uma data limite para comemorá-lo ou quando põem o seu nome em cartazes. Ou quando fazem, utilizando o seu rosto, anúncios a um qualquer café.**

Estas são palavras já não apenas sobre um nome mas palavras sobre palavras, lidas, entendidas, as palavras do poeta múltiplo, apreciado. São resultantes já do gosto despertado pela beleza dos versos construídos, pela música só, murmúrio de quem embala. A descoberta, com Pessoa, da expressão múltipla — e todavia uma — de pensar e sentir o Universo.

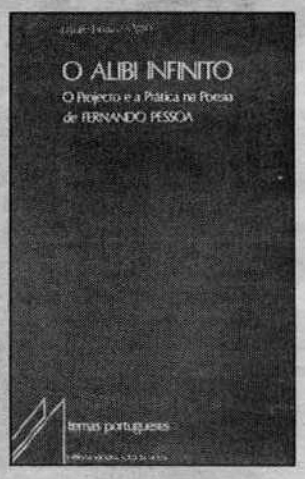
O que ficará de Pessoa quando o eco das vozes destes alunos emudecer nas salas de aula? Bola branca que desaparece pelas costas abaixo ou o sonho de um porto infinito, com mar de porto transparente, uma estrada nítida e calma para novas paisagens — **textos que não houve tempo para ler,** de Pessoa ele próprio e dos outros?

Nota: Foram alguns alunos do PAV, a quem agradeço, que responderam a uma variante da tal pergunta. Uns não cumpriram ainda os programas que obrigam os alunos a estudar Pessoa (perdão: textos de Pessoa).

Eventualmente poderam (?) ler algum poema incluído na selecta que na Escola foi escolhida entre as muitas que o mercado oferece. Escolhida para eles, outros obrigatoriamente leram textos de Pessoa. Poderam, quiseram e interessaram-se pelo que a Escola pro(im)põe. Ainda bem que leram. ■

Por manifesta falta de espaço vimo-nos obrigados a deixar de fora numerosos textos que amavelmente nos foram cedidos para este dossier. Nos próximos números do **JL** serão publicados textos de António Ramos Rosa, Fernando Luís, Pedro Teixeira da Mota, Fernando Pinto do Amaral, Fábio Lucas, António Cândido Franco, Maria Luísa Guerra, Yara Frateshi Vieira, José Martinho e Júlio Pomar. ■

A Poesia de Fernando Pessoa (2.ª ed.)
de Adolfo Casais Monteiro
Org. de José Blanco
Esc. 1100$00



O Alibi Infinito. O Projecto e a Prática na Poesia de Fernando Pessoa
de Ettore Finassi-Agro
Tradução de Amílcar M. R. Guerra
Esc. 1500$00

LIVROS DA IMPRENSA NACIONAL
IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA